



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade



AO

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE,
SUA EXCELÊNCIA DANIEL FRANCISCO CHAPO**

MAPUTO

N.Ref.C.109/EC/2025

Assunto: Solicitação de integração do Centro de Integridade Pública no Diálogo Nacional Inclusivo sobre as reformas constitucionais, legislativas e de governação.

Excelência,

Antes de mais, queira receber os nossos melhores cumprimentos!

O Centro de Integridade Pública (CIP), uma organização da sociedade civil moçambicana que actua na luta contra a corrupção e promove a integridade, transparência, legalidade e boa governação na esfera pública, neste acto representado pelo seu director Executivo, Edson Cortez, acompanhou o processo de diálogo político entre Vossa Excia, Presidente da República, e os líderes dos partidos políticos com assento Parlamentar e nas assembleias provinciais e municipais. O diálogo conduziu, posteriormente, à assinatura dos Termos de Referência para o Início do Diálogo Nacional Inclusivo sobre Reformas Constitucionais, Legislativas e na Governação, em cerimónia ocorrida no passado dia 5 de Março de 2025, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo.

A assinatura dos referidos Termos de Referência, conforme consta dos mesmos, resulta de um esforço para garantir a reconciliação efectiva e a paz duradoura; fomentar o desenvolvimento socio-económico do país, o respeito pelos princípios do Estado de Direito; atender aos superiores interesses do povo moçambicano e devolver a confiança pelas instituições públicas do país que, ao longo dos tempos, foram sendo algo descredibilizadas.

Estes propósitos coincidem, pois, com a missão, os objectivos e a visão que, há 20 anos, determinaram a criação do CIP enquanto Organização da Sociedade Civil. O CIP tem vindo a realizar de estudos, pesquisas, análises, conferências, seminários, etc., visando dar o seu contributo na consagração de algumas reformas para a melhoria da governação no país.

Ciente de que, neste momento, está em curso o processo de constituição da Comissão Técnica que poderá incluir individualidades provenientes de Organizações da Sociedade Civil, o CIP manifesta o seu interesse em tomar parte do grupo de trabalho, tendo em consideração a sua comprovada experiência na condução de estudos e pesquisas relativamente às matérias que vão à discussão na mesa do Diálogo Nacional Inclusivo.

Com 20 anos de existência, o CIP tem contribuído no combate à corrupção e clientelismo, principal causa da pobreza dos moçambicanos. Tem defendido que a solução dos problemas dos moçambicanos passa pela observação e promoção dos valores e princípios de ética política, da transparência e integridade como valores. Essencialmente, o CIP acumula experiência nas seguintes áreas:

1. **Experiência em observação eleitoral desde o ano de 2009.** O CIP detém larga experiência no processo de observação de todas as fases do processo eleitoral, desde a eleição dos membros dos órgãos eleitorais, o recenseamento eleitoral, campanha eleitoral, votação e contagem de votos; anúncio, validação e proclamação dos resultados eleitorais pelos órgãos competentes.

A este respeito, o CIP desenvolveu o Boletim CIP Eleições, uma publicação que serve de diário informativo sobre o processo eleitoral com abrangência: (i) nacional, na sequência das eleições gerais e dos governadores provinciais; e (ii) municipal, na sequência das eleições autárquicas; reportando todas as incidências do processo.

No contexto das eleições autárquicas e gerais de 2023 e 2024, dada a sua sólida experiência na Observação Eleitoral, o CIP foi eleito líder do Consórcio de Observação Eleitoral denominado «Mais Integridade», que congregava 7 notáveis Organizações da Sociedade Civil no país, nomeadamente o próprio CIP, o CESC, Solidariedade Moçambique, NAFEZA, MISA Moçambique, FAMOD e Comissão Episcopal de Justiça e Paz da Igreja Católica.

O CIP não só possui, há mais de 15 anos, um **portal electrónico** dedicado à observação eleitoral, como incorporou, no seu **Plano Estratégico (2024-2033)** e no seu plano de

actividades do ano em curso, estudos sobre as dinâmicas e desafios do processo eleitoral e reforma eleitoral no país.

➤ Vide link de pesquisas do CIP sobre Eleições: <https://www.cipeleicoes.org/>

2. **Experiência na abordagem sobre reformas no quadro da governação descentralizada.** O CIP dedica-se, com especialidade e justificado interesse, à realização de pesquisas, mesas-redondas e análises, devidamente documentadas em relatórios, sobre os desafios e as dinâmicas do processo de descentralização em Moçambique. As análises focam-se, de modo particular, nas considerações e inovações trazidas pela revisão constitucional de 2018 que passou a consagrar, para além das autarquias, os níveis de governação descentralizada provincial e distrital.

Os estudos desenvolvidos pelo CIP têm apontado os constrangimentos do actual modelo de descentralização, nas dimensões jurídico-político, económico, financeiro e fiscal, recomendando reformas no quadro da legislação que dita a organização, funcionamento e financiamento das entidades descentralizadas a todos os níveis, incluindo as formas de relacionamento com os órgãos do poder central. Neste quadro o CIP estabeleceu encontros, em mesas-redondas, com organizações governamentais como a extinta CRED, a CREMOD e o grupo de trabalho parlamentar que auscultou a sociedade civil sobre a viabilidade das eleições distritais, inicialmente marcadas para Outubro de 2024.

E, dada a relevância do estudo dos processos de descentralização, o CIP, não só tem os relatórios publicados sobre a área, como tornou a descentralização como uma das áreas da sua actuação nos termos do seu **Plano Estratégico (2024-2033)**.

➤ Vide link de pesquisas do CIP sobre reformas na Descentralização: <https://www.cipmoz.org/pt/category/descentralizacao/>

3. **Experiência na abordagem sobre reformas no sector da justiça, designadamente no seu quadro legal e institucional e de responsabilização dos actores envolvidos em casos de corrupção.** O CIP desenvolveu ao longo de vários anos, através do seu pilar de anticorrupção, que é uma das principais causas que determinou a criação da organização há 20 anos, trabalhos sobre as principais reformas a desenvolver no Estado (Administração Pública) e no sector da justiça, visando a despartidarização das instituições do Estado, o combate à promiscuidade e ao nepotismo no funcionalismo público e a respectiva responsabilização disciplinar, civil e criminal de titulares de órgãos públicos que na sua actuação violam os princípios e normas que regem o Estado.

É neste quadro que o CIP, na sua pretensão de continuar a propor reformas no funcionamento do Estado, e particularmente no sector da justiça, vem desenvolvendo pesquisas sobre o Sistema Nacional de Integridade, um mecanismo que se mostra útil para identificar as fragilidades legais e institucionais, e indicar propostas de reformas.

Os estudos do CIP sobre as reformas no Estado e no sector da Justiça encontram-se publicados no portal da organização. Mais, nos termos do seu Plano Estratégico (2024-2033), foi renovado o compromisso do CIP em continuar a ser uma Organização da Sociedade Civil que pugna pela anticorrupção e pelas boas práticas das instituições públicas e privadas.

➤ Vide link de pesquisas do CIP sobre reformas no Estado e na Justiça:
<https://www.cipmoz.org/pt/anti-corrupcao/>

4. Experiência na abordagem de reformas no sector das finanças públicas. O CIP possui vasta experiência na abordagem de reformas no sector das Finanças Públicas. Contribuiu significativamente para a melhoria da governação financeira, especialmente no que diz respeito à tributação eficiente, transparência na alocação e execução orçamental, bem como na fiscalização da gestão de fundos públicos no país.

Através de estudos e análises aprofundadas, a organização tem explorado temas como justiça fiscal, sustentabilidade da dívida pública e os impactos das políticas económicas na redução das desigualdades sociais. Além disso, tem participado, activamente, em debates e iniciativas que reforçam a responsabilidade do Estado na administração dos recursos financeiros, promovendo políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Com um papel central na monitorização de orçamentos, auditorias independentes e advocacia para maior transparência nas contas públicas, o CIP tem sido um agente fundamental na promoção de boas práticas financeiras, essenciais para a consolidação da democracia, confiança nas instituições e no desenvolvimento económico do país.

O CIP é parceiro da *International Budget Partnership* (IBP), no âmbito do Inquérito ao Orçamento Aberto, membro do Fórum de Monitoria e Orçamento (FMO), membro do Secretariado do Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) em Moçambique, coordenador nacional da iniciativa *Publish What You Pay* (PWYP), em Moçambique, e representante da *Transparency International* (TI), também em Moçambique.

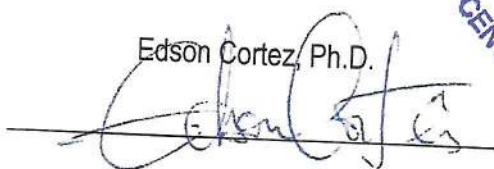
- *Vide link de pesquisas do CIP sobre reformas no sector das finanças públicas:*
<https://www.cipmoz.org/pt/financas-publicas/>

Ao longo dos 20 anos da sua existência como organização, o CIP tornou-se, não só *expert* nos assuntos que serão abordados em sede deste diálogo nacional inclusivo, como também um *think thank* de referência sobre as questões da economia política de Moçambique. Desta forma, os pontos acima destacados comprovam, resumidamente, a longa experiência do CIP no tratamento das matérias em questão. Assim, julgamos que havendo um interesse realmente sério e genuíno em se encontrar pontes de diálogo para a construção de um Moçambique melhor, o nosso contributo seria enriquecedor.

CC:/

- Partido Frelimo – Sua Excia. Chakil Abobocar;
- Partido Podemos – Sua Excia. Albino Forquilha;
- Partido Renamo – Sua Excia. Ossufo Momade;
- Partido MDM – Sua Excia. Lutero Simango;
- Partido Revolução Democrática – Sua Excia. João Jasse;
- Partido PAHUMO – Sua Excia. Cornélio Quivela;
- Partido PARESCO – Sua Excia. Vitorino Saiete;
- Partido PARENA – Sua Excia. André Balate;
- Partido Nova Democracia – Sua Excia. Salomão Muchanga.

Edson Cortez, Ph.D.



Director Executivo do CIP

Maputo, 25 de Março de 2025

